

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 771.569 - PA (2015/0219886-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JOSE ANTONIO CORDERO DA SILVA
ADVOGADO : BRENO PESSOA CARDOSO BORGES E OUTRO(S) - DF021678
EMBARGADO : MARIA CONCEICAO ALMEIDA DA FONSECA
ADVOGADO : ROBERTO GOMES NETO E OUTRO(S)
EMBARGADO : FERNANDO ANTONIO COLARES PALACIOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ARES. ALEGAÇÃO DA EMBARGANTE DE QUE A DECISÃO ORA AGRAVADA NÃO SE PRONUNCIOU ACERCA DA APLICABILIDADE DO ART. 397 DO CÓDIGO DE PROCESSO. AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO DO DISPOSITIVO A DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. IMPOSSÍVEL A AFERIÇÃO SE O DISPOSITIVO FOI RESPEITADO OU VIOLADO QUANDO NÃO HÁ MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR DE ORIGEM, ESPECIALMENTE À FALTA DE PEDIDO INTEGRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM QUALQUER MODIFICAÇÃO À DECISÃO EMBARGADA, MAS APENAS PARA SUPRIMENTO DE OMISSÃO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela UNIÃO contra decisão monocrática de minha lavra, que contou com a seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE QUE A CORTE DE ORIGEM PRATICOU AFRONTA A TEXTO DE LEI FEDERAL AO ACOLHER EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS. CONTUDO, A PROVIDÊNCIA É ADMITIDA QUANDO O AFASTAMENTO DOS EVENTUAIS VÍCIOS DE OMISSÃO, DE CONTRADIÇÃO E DE OBSCURIDADE RESULTAR EM INCOMPATIBILIDADE LÓGICA COM O JULGADO EMBARGADO, BEM A HIPÓTESE DOS AUTOS. PARECER DO MPF PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO ENTE FEDERATIVO DESPROVIDO (fls. 2.549/2.555).

2. Nas razões de seu Recurso, a parte veicula pretensão integrativa sob o signo da omissão, sob a compreensão de que *não obstante, a decisão embargada apenas se pronunciou quanto a alegada violação aos arts. 463 e 535 do*

CPC/73, deixando de se manifestar quanto a violação ao art. 397 do CPC/73 (fls. 2.563). Pede o suprimento do vício de omissão.

3. A parte embargada formulou contrarrazões às fls. 2.566/2.568.

4. Em síntese, é o relatório.

5. O Código Fux, em seu art. 1.022, é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações nas quais se constatem os vícios de obscuridade, contradição ou de omissão no julgado.

6. Na presente demanda, verifica-se que a decisão embargada, de fato, não efetua qualquer pronunciamento acerca da aplicabilidade, à espécie, do art. 397 do Código Buzaid.

7. Contudo, apesar da omissão, nota-se que a alegação de violação do art. 397 do Código Buzaid, constante do Apelo Raro do ente público, não se submeteu ao duplo grau de jurisdição perante a Corte Regional.

8. De fato, a partir da leitura dos aclaratórios de fls. 2.429/2.440, opostos contra acórdão que proveu a insurgência do implicado, há apenas argumentação meritória da causa, nada se tratando a respeito de momento oportuno para juntada de documentos, tema ao qual cuida o citado art. 397 do Código Buzaid.

9. Assim sendo, a pretensão ao reconhecimento de violação do art. 397 do Código Buzaid carece do que se convencionou chamar de prequestionamento. Aliás, o enunciado 282 da Súmula da Corte Suprema estabelece que *é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*; hipótese dos autos quanto à pretensão ao reconhecimento de ofensa do art. 397 do Código Buzaid. Os aclaratórios comportam acolhimento.

Superior Tribunal de Justiça

10. Mercê do exposto, conhece-se dos Embargos de Declaração da UNIÃO e a eles se dá provimento, em ordem a esclarecer que o Apelo Raro não comporta cognoscibilidade quanto à alegação de violação do art. 397 do Código Buzaid, por ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal alegadamente violado.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR